

O GOLPE PALACIANO DA DEMOCRACIA

"O que conta não são as pessoas que votam, mas as pessoas que contam os votos."

Josef Stalin

Os americanos adoram a democracia de uma forma muito pouco convincente. A urna é uma igreja que o povo parou de frequentar. No final do século XX, a participação dos eleitores caiu abaixo de 50% em muitas eleições e chegou a 30% em certos casos. Os americanos pareciam sentir que tinham pouco ou nenhum interesse no processo democrático, apesar dos refrões bajuladores de seus políticos a respeito da primazia do povo e da importância do ato de votar.

O fato óbvio é que a própria nação que exige do resto do mundo um alto nível de atividade democrática em troca da entrada no reino da eterna ajuda financeira é uma das democracias menos saudáveis do planeta. Os EUA entregaram seu sistema político a grupos especiais de interesse, advogados, juizes e captadores de recursos, e hoje são governados por uma classe dominante de políticos eleitos para a vida toda.

Outros países conseguem rotineiramente um contingente eleitoral muito maior nas eleições gerais e oferecem aos eleitores uma gama de opções que começa na extrema esquerda e termina na extrema direita, em geral com o vencedor escolhido num partido mais seguro, perto do centro. Os EUA têm dois partidos centristas governados pelos mesmos reflexos pátrioticos que os impedem de desafiar o *status quo*. A esquerda foi marginalizada na obscuridade pela histeria anticomunista da guerra fria e por sua própria estridência, enquanto a extrema direita defende seu programa desagradável no porto seguro do púlpito ou debaixo de um manto branco. Democratas e republicanos lutam para controlar o Congresso e a Casa Branca; os republicanos ganharam com maior frequência ultimamente, mas isso não significa que os Estados Unidos seriam hoje diferentes caso os democratas tivessem vencido mais eleições. Ambos os partidos são apenas repositórios de opiniões e posições dos grupos de interesse em nível nacional e estadual.

Pouca coisa aprovada por uma legislatura estadual ou federal americana pode ser entendida de maneira adequada sem usar os óculos que permitem focalizar o dinheiro ou o grupo de interesse que está por trás. Os Estados Unidos impõem de repente tarifas sobre o aço importado do estrangeiro? É porque, nas próximas eleições parlamentares, os republicanos precisam conquistar cadeiras importantes no estado da Pensilvânia, produtor de aço, e não porque a economia da nação o exija. Impostos gigantescos sobre o pinho canadense? Um parlamentar de algum estado produtor de madeira soube que perderia sua vaga caso os americanos não fossem obrigados a pagar mais pela madeira ao construir suas casas. O presidente Bush, um autodenominado defensor do livre comércio, assina de repente uma lei em maio de 2002 que dá aos agronegócios americanos 190 bilhões de dólares em subsídios (um passo hipócrita que priva países pobres do Terceiro Mundo da renda necessária ao reduzir os preços agrícolas)? Outra manobra de ano eleitoral.

O ano de 2002 ofereceu ainda outro exemplo tocante da morte lenta da democracia americana. A cada década, o país reorganiza suas fronteiras políticas para refletir mudanças populacionais, prática que se transformou num exercício de criar distritos geograficamente alucinados sem relação com coisa alguma exceto o desejo de transformar cada distrito numa vaga garantida para um dos dois partidos. As fronteiras são redesenhadas pelos próprios políticos, não por um organismo independente. O resultado é que o partido que controla um estado pode arranjar o resultado da próxima eleição criando distritos-frankenstein: um braço e dois dedos deste bairro republicano costurados no tronco de uma cidade republicana e um par de pernas que vão até dois outros redutos republicanos que podem ficar a quilômetros de distância. *The Economist* fez muita chacota com esta

desavergonhada cirurgia plástica eleitoral no segundo trimestre de 2002, quando a mais recente divisão interessada foi revelada. A revista britânica destacou um distrito em Illinois com a forma de um "caranguejo", com suas duas garras se estendendo até puxar os eleitores adequados a seu estômago democrata; isso foi feito por republicanos para tornar mais segura uma vaga adjacente, removendo democratas indesejados. Outro distrito bizarro, desta vez na Flórida, estende-se por mais de 140 quilômetros na costa leste mas não mede mais de 5 quilômetros em seu ponto mais largo.

O objetivo, claro, é eliminar o eleitor como fator desconhecido nas eleições. Os políticos americanos não podem suportar o suspense criado pela democracia; gostam de passar depressa pelas partes mais assustadoras e chegar sem nervosismo ao final hollywoodiano. Como ressaltou *The Economist*, isso ficou mais fácil com a tecnologia moderna, que pode traçar padrões eleitorais e desenhar os mapas correspondentes, exatos até a última casa. O resultado é um Congresso — a Câmara de Representantes e o Senado — povoado de membros vitalícios. Na eleição geral de 2000, todos os congressistas, à exceção de seis, foram reeleitos.

Um resultado desses, que dificilmente envergonharia a Coreia do Norte, está se tornando a norma: a taxa de reeleição tem sido em média maior que 90% desde 1952. Não surpreende que os congressistas relutem em deixar seu ninho quentinho. Só 28 anunciaram até agora sua aposentadoria [em antecipação às eleições parlamentares de novembro de 2002], contra 64 em 1992.

A consequência para o sistema democrático americano é óbvia. Com os congressistas mantendo distritos impenetráveis, há pouca motivação para votar contra o ocupante da vaga; um eleitor que queira ser representado por um partido diferente fará melhor mudando-se para outro distrito do que travando uma batalha sem esperanças. A batalha alimenta ainda menos esperanças conforme o ocupante da vaga entranha-se ainda mais, porque os candidatos têm dificuldade para captar dinheiro necessário para concorrer quando suas campanhas apresentam pouca possibilidade de sucesso.

Então, por que votar? A única razão remanescente é escolher o homem para o posto mais alto, o presidente e comandante-em-chefe dos Estados Unidos da América. A corrida pela presidência tem tanto impacto sobre o contingente eleitoral quanto as batalhas parlamentares e poderia ser vista como salvação para a desesperada falta de sentido da política americana. Mas até isso está em dúvida hoje.

A eleição de 7 de novembro de 2002 foi a que deu ao mundo seu segundo presidente americano chamado George Bush, este agora apelidado "George W." (ou, simplesmente, "Dâbia", como se pronuncia W no Texas) para distingui-lo do pai. George W. Bush, ex-governador do Texas e filho do ex-presidente George Bush, tomou posse em janeiro de 2001 depois de uma batalha legal e política contra seu oponente, Al Gore, que fez com que as eleições fraudulentas das ditaduras africanas parecessem, em comparação, encantadoras e até nobres.

Por coincidência, na época em que partes deste capítulo foram escritas os jornais locais concentravam-se obedientemente na reeleição pré-decidida de um desses ditadores, Robert Mugabe, do Zimbábue. A eleição foi uma mera formalidade com o objetivo de manter o corrupto e psicopata Mugabe no poder contra o desejo de seus compatriotas duramente oprimidos e de boa parte do resto do mundo. A eleição, realizada em três dias da segunda semana de março de 2002, envolveu a tática comum preferida dos déspotas que de repente achamna politicamente prática para obedecer aos desejos de organismos internacionais como as Nações Unidas e realizar uma "eleição". Os oponentes de Mugabe tiveram costelas quebradas quando, descuidadamente, lançaram seus corpos no caminho dos pés dos carrascos do ditador, eleitores foram forçados a esperar dias fora de seções que nunca se abriram, "funcionários" eleitorais levaram urnas vazias e devolveram-nas às seções miraculosamente cheias de votos em Mugabe, a Suprema Corte do país levantou-se em desafio mas com pouco efeito e assim por diante. Foi o tipo de coisa costumeira que se somou a outra eleição "envenenada", como qualificou-a um observador independente, noutro triste país pós-colonial cujo bem-estar fica

à mercê de um homem desarranjado que controla militares bem armados.

É claro que os Estados Unidos não são o Zimbábue e só o mais bronco comentarista de esquerda compararia o processo eleitoral daquele país ao deste. Pois conheçam Michael Moore, escritor e cineasta cujo livro *Stupid White Men and Other Sorry Excuses for the State of the Nation* (Branco estúpido e outras desculpas esfarrapadas para o estado da Nação) faz exatamente isso. Moore iguala a eleição de George W. Bush em 2000 com o golpe de Estado tão familiar aos cidadãos de países sul-americanos, africanos e europeus do leste, e não está apenas fazendo troça. É da opinião de Moore que Bush, candidato republicano, conspirou com o governo republicano corrupto do estado da Flórida, convenientemente administrado por seu irmão, John Ellis "Jeb" Bush, para fraudar a eleição contra Al Gore, candidato democrata e vice-presidente do historicamente fofoso Bill Clinton. (A posição de Moore a respeito da questão era tão inflamada que a editora, HarperCollins, recusou-se, de início, a lançar o livro na data marcada, nas semanas após os ataques de 11 de setembro) .

É claro que é chocante pensar que o presidente dos Estados Unidos fraudou a eleição para pôr-se no poder. Na política, até se aceita a compra de uma eleição, a crédito ou não, mas roubar, bem, isso é desonesto. Os americanos que se preocupam com a democracia podem apenas rezar para que Moore seja só um esquerdista maluco e barulhento com pouca compreensão dos fatos. Ou podem ler outro livro. Do lado oposto à opinião de Moore há um volume igualmente irado chamado *At Any Cost: How Al Gore Tried to Steal the Election* (A qualquer custo: como Al Gore tentou fraudar a eleição). Escrito por Bill Sammon, repórter do Washington Times e publicado pela Regnery Publishing, pequena editora conservadora da cidade de Washington, o livro faz a afirmação contrária de que foi Gore e não Bush que quase se deu bem com a prevaricação eleitoral. O livro revela "por que o ataque em grande escala de Al Gore ao nosso processo democrático envenenará o ar em Washington durante anos", sem falar da tentativa do candidato democrata de "chantagear líderes do Partido Republicano" e como sua equipe criou "a partir do nada" votos favoráveis a Gore.

Tema cativante. De um lado você tem um eleitorado que acredita que o malvado George W. Bush fraudou a vontade do povo e enlameou o processo democrático americano, e do outro estão aqueles que agradecem todo dia a Deus que um correto George W. Bush não deixou Al Gore fraudar a vontade do povo e enlamear o processo democrático americano. A verdade está bem no meio, como costuma acontecer tantas vezes em debates de opinião política. A verdade é que ambos os lados da eleição manipularam o processo com tanto entusiasmo e acreditaram tanto no charlatanismo partidário para atingir o resultado que desejavam que os dois podem acusar-se um ao outro, com justiça, de corromper a eleição. A eleição de 7 de novembro de 2000 ergue-se como exemplo mais negro do que pode dar errado num sistema político infectado por um partidarismo tão violento que não se pode confiar totalmente em ninguém, sequer nos juizes da Suprema Corte. Só uma coisa é certa: não foram os eleitores que decidiram o resultado da eleição presidencial de 2000.

Na verdade, nem sequer é claro qual o resultado que o eleitor americano desejava. Quando as urnas se fecharam, tinham dado a Gore 200.000 votos a mais que a Bush, mas pareciam ter entregue o país a este último. Embora o candidato presidencial com maior quantidade de votos populares só tenha perdido uma vez na história americana, este tipo de coisa pode acontecer no sistema eleitoral dos EUA. Os eleitores não escolhem o presidente diretamente; votam, em seu estado natal, no candidato que preferem, e o candidato que vence num estado conquista os "votos do colégio eleitoral" daquele estado. São necessários 270 destes votos para entrar na Casa Branca; alguns estados têm mais votos no colégio eleitoral que outros e assim, embora seja fato raro, não seria impossível a George W. Bush tornar-se o 43º presidente dos Estados Unidos ainda que 200.000 americanos a mais tivessem votado no outro cara. Não que 200.000 votos constituam uma maioria convincente. Literalmente, os americanos se dividiram ao meio na questão de quem deveria ser presidente: Bush, filho ocioso e que mal sabe falar de um ex-presidente; ou Al Gore, o vice-presidente cara-de-pau que ficou ao lado do namorador Bill Clinton durante o julgamento do impeachment deste último e depois

virou a casaca durante a campanha eleitoral e criticou a depravação moral de Clinton, como exigiam as circunstâncias. Nenhum dos dois era assim tão impressionante e os EUA pareceram indiferentes quanto a quem ficaria com o cargo. O fato de que a Flórida se tornou o Ponto Zero de uma eleição que parecia importar a poucos parece estranhamente triste hoje, dado que dois dos terroristas que pilotaram aqueles aviões contra o World Trade Center na cidade de Nova York estavam no estado na época, aprendendo a dirigir aeronaves comerciais numa escola na cidade de Venice.

Embora o voto popular tenha ficado cabeça com cabeça nos EUA como um todo, não foi nada se comparado ao resultado na Flórida. Quando os seis milhões de votos do estado foram contados, Bush tinha uma vantagem de 1.784, margem de vitória menor que 0,03%.⁶ Como a votação fora tão equilibrada em todo o restante do país, o resultado dependia de qual candidato conquistaria os 25 votos da Flórida no colégio eleitoral. Todos os olhos se voltaram para a Flórida no decorrer da noite. Os que assistiam aos resultados da eleição na TV recordarão que algumas redes declararam que Bush era o vencedor e depois voltaram atrás. Gore assistia à televisão e cedeu a vitória a Bush, mas também voltou atrás.

A margem de vitória era tão pequena que, pela lei do estado da Flórida, provocou uma recontagem automática, e foi por isso que Gore "desconcedeu" a vitória. Os dois lados rapidamente marcaram posição: Bush exigiu uma solução rápida para que pudesse começar a organizar a transição do poder de Clinton, reivindicando assim só para si o pódio. Gore, tendo de enfrentar o aparente resultado, pediu paciência; não queria que os americanos adotassem qualquer "opinião apressada"⁷ sobre quem ganhara a eleição com base apenas no resultado das pesquisas. E então os dois lados passaram a trabalhar tentando arrancar a vitória das garras mortais um do outro. Os dois rapidamente deduziram que o resultado dependeria de quais votos seriam recontados, onde e quando a recontagem se realizasse. Naquele momento histórico, a escolha do 43º presidente dos Estados Unidos foi tirada das mãos de eleitores vivos e concretos e deixada aos cuidados de trabalhadores políticos abjetamente partidários e, em última instância, nas mãos de juizes que, como parece hoje, eram igualmente dedicados a um ou outro lado.

É importante mencionar neste ponto que uma fonte relativamente digna de confiança acredita que a eleição foi mesmo fraudada, embora não por Gore ou Bush mas, sim, por eleitores negros. Esta fonte é a Comissão de Direitos Civis dos Estados Unidos (United States Commission on Civil Rights, ou USCCR), entidade investigativa bipartidária que examina queixas de que cidadãos estão sendo privados do direito de votar (entre outros direitos), com base em sua raça, idade, sexo, deficiência física ou origem nacional. A comissão foi criada pela Lei de Direitos Civis de 1957; nasceu, em outras palavras, da luta da América negra para dar fim à segregação e à discriminação.

A USCCR, agindo com base em queixas de numerosos eleitores negros da Flórida que foram rejeitados nas urnas em 7 de novembro de 2000 ou que se sentiram prejudicados em seu esforço para serem contados, usou seu poder para intimar testemunhas e realizar três dias de audiências sobre a eleição em janeiro e fevereiro de 2001. Em seguida, publicou um relatório condenatório que foi em grande parte ignorado pelos meios de comunicação americanos, ou de qualquer outro lugar, aliás. Por outro lado, a recontagem e seu dia seguinte foram relatados minuto a minuto, a ponto de apenas os mentalmente enfermos e beligerantemente enclausurados deixarem de saber, uma semana após o início do processo, o que era um "chael" — o pedacinho de papel destacado da cédula para marcar o voto na Flórida.

A recontagem e o circo armado ao seu redor eram notícias legítimas para a imprensa, por determinarem, como de fato o fizeram, quem seria o próximo presidente. Mas a Comissão de Direitos Civis viu um problema mais profundo. "Apesar do equilíbrio da eleição, foi a ausência generalizada do eleitor, e não a disputa cabeça a cabeça, que constituiu a característica extraordinária da eleição na Flórida", afirmou a comissão em suas Descobertas e Recomendações.⁸ A Comissão descobriu que o cancelamento do registro de eleitores — a negação do

direito de voto —, em particular de eleitores negros, era tão generalizado que recomendou ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos "iniciar imediatamente o processo de litígio contra governador, secretário de Estado, diretor da Divisão Eleitoral, supervisores específicos das eleições e outros funcionários estaduais e locais"⁹ por sua participação na remoção sistemática do nome de eleitores negros das listas de eleitores e pelo fato de que a probabilidade de um eleitor negro ter seu voto rejeitado era 10 vezes maior que a de um eleitor branco. O relatório também responsabilizou funcionários eleitorais por intimidarem os eleitores com a presença da polícia fora das seções de votação em bairros negros e por fechar as urnas antes que terminasse a votação naquelas mesmas comunidades. E recomendou que o estado adquirisse equipamento de contagem de votos de melhor qualidade; condados diferentes usavam sistemas diferentes, com sistemas modernos encontrados nos bairros brancos mais ricos e máquinas mais antigas e menos confiáveis, que produziam mais cédulas rejeitadas, em bairros pobres, negros e hispânicos.

Michael Moore, em *Stupid White Men*, vê o relatório da Comissão como prova de que o conjunto da família Bush pôs mãos à obra para roubar a eleição de Al Gore muito antes da noite da eleição. A trama era simples: remover das listas de eleitores o máximo possível de eleitores negros antes da votação, já que todo mundo sabe que a maioria dos negros vota nos democratas. O governador da Flórida era, nada mais nada menos, que o irmão de George W., e sua secretária de Estado, Kathleen Harris, era co-responsável pela campanha presidencial de George W., de forma que é pelo menos plausível que a purga dos eleitores negros das listas de registro tenha sido mais que um procedimento de rotina.

A Comissão de Direitos Civis ficou de fora da política e ateu-se aos fatos. O que se descobriu foi que, em 1997, depois de uma campanha eleitoral para prefeito de Miami que fora notoriamente corrupta até para os padrões da Flórida, o estado realizou uma limpeza das listas de eleitores. Tanta gente morta votara no candidato que conquistara a cadeira de prefeito que a eleição foi posteriormente cancelada. O governo da Flórida entregou a tarefa de refazer as listas de eleitores a uma empresa particular e pediu que esta empresa não só removesse os mortos como também eliminasse o nome de todos os criminosos condenados por crimes graves.

Nos Estados Unidos, criminosos condenados por crimes graves, diversamente dos condenados por crimes menores e contravenções, perdem o direito de voto até o fim da sentença. Em janeiro de 2001, na época em que a comissão realizava seus inquéritos, 3,9 milhões de americanos não tinham direito a votar — eram "disenfranchised" em inglês, ou "desregistrados" — por condenação por crime grave. Daquele número, 36% eram negros, embora os negros só representem 13% da população americana, segundo os números do censo de 2000. Na Flórida, um de cada três ex-condenados sem direito a voto é negro, e este é um dos apenas oito estados que não restauram automaticamente o direito de voto de um condenado quando sua sentença é cumprida. O excondenado deve requerer clemência ao gabinete de Estado, um processo prolongado e caro (a Comissão ouviu testemunhas afirmarem que custa no mínimo 10.000 dólares em taxas legais e pode levar até seis meses). Outros estados restauram o direito de voto automaticamente, sem fazer perguntas, sem cobrar nada, sem burocracia, mas não a Flórida.

A empresa que recebeu o contrato de purgar as listas de eleitores, OTB Online, passou a coligar nomes em vários bancos de dados estaduais e federais e criou novas listas em 1998, 1999 e 2000. Seguiu instruções explícitas para lançar a maior rede possível quando procurasse nomes a excluir, ainda que possuísse a tecnologia para reduzir o campo de pesquisa. Apesar de seus avisos à Divisão de Eleições da Flórida de que as "listas de exclusão" continham numerosos "falsos positivos" — ou seja, que eleitores legítimos da Flórida que não eram criminosos condenados por crimes graves e que só estavam na lista porque seu nome ou circunstâncias eram parecidos com o de um condenado de verdade — a Divisão de Eleições aceitou as listas como estavam e, a cada ocasião, repassou-as aos funcionários eleitorais locais com instruções de verificar sua exatidão.

A Comissão de Direitos Civis descobriu que a lista de 2000 tinha uma taxa de erro de 14%. Alguns funcionários eleitorais encarregados de verificar a exatidão da lista ficaram tão horrorizados com a forma como fora coligida que se recusaram a usá-la para a eleição de 7 de novembro, preferindo, em vez dela, as listas usadas na eleição de 1998, que haviam sido atualizadas. Alguns funcionários esforçaram-se ao máximo para dar o benefício da dúvida a eleitores que chegaram à seção eleitoral em 7 de novembro só para descobrir que haviam sido removidos da lista, permitindo-lhes votar caso assinassem uma declaração de que não eram criminosos condenados por crimes graves; outros funcionários recusaram-se a permitir que pessoas na lista votassem e não cooperaram na hora de tentar resolver a situação de forma favorável ao eleitor. Os telefones do escritório do Supervisor de Eleições ficaram ocupados durante horas, os computadores não funcionaram e os eleitores receberam informações erradas a respeito de como retificar sua situação, que os enviaram em missões inúteis de uma seção eleitoral a outra. "O uso pelo estado da Flórida desta lista de exclusão, combinado com a lei estadual que transfere aos eleitores a responsabilidade de remover-se da lista, resultou na negação do direito de votar a incontáveis afro-americanos", descobriu a Comissão. Em momento algum o relatório apresenta um número determinado de negros a quem foi negado o direito de voto e reconhece que também havia eleitores brancos na lista por engano, mas concluiu que um número desproporcional de eleitores negros foi frustrado em 7 de novembro. Dado que a maioria de George W. Bush na votação da Flórida foi de meros 154 votos depois que tudo terminou, este é um indício de que a vontade do povo foi torcida pela ação de um governo estadual que, por alianças políticas, não era favorável às suas intenções de voto. Se um total líquido de mais 155 eleitores democratas negros tivessem conseguido votar naquele dia, a história dos Estados Unidos poderia estar em outro caminho hoje. É um pensamento estonteante.

Outro aspecto que vale notar a respeito da perda do direito de voto dos condenados por crime grave é que, sob o precedente legal da Flórida, uma pessoa que cometa crime grave em outro estado, cumpra lá sua sentença e tenha seu direito de voto automaticamente restaurado por aquele estado deve ter permissão de votar, sem que se façam perguntas, na Flórida. Por razões não explicadas, sob a vigilância de Kathleen Harris, secretária de Estado republicana cujo departamento supervisionou a exclusão dos condenados, a Divisão de Eleições disse à OTB Oníine que ex-condenados com direito de voto restaurado em outros estados ainda precisariam requerer clemência na Flórida. Quando a questão foi levantada durante o inquérito da Comissão de Direitos Civis, a Diretoria Executiva de Clemência da Flórida confirmou que isso estava errado, correção que veio tarde demais para quem foi impedido de votar na eleição federal.

E em mais uma coincidência notável, a Comissão relatou que "a 'falta de comunicação' fez com que aproximadamente 8.000 pessoas que haviam cometido contravenções no Texas fossem incorretamente identificadas como criminosos graves na Flórida".¹⁰ A falta de comunicação ocorreu entre o estado governado por Jeb Bush e o estado governado por seu irmão, o candidato à presidência George W. Bush.

Não há provas concretas de que as forças políticas partidárias estivessem em jogo na corrida para a eleição na Flórida. A Comissão de Direitos Civis não faz menção a isso; seu relatório aponta o dedo para a incompetência e a indiferença, características que cruzam todas as linhas políticas no que concerne à burocracia. Por outro lado, o partidarismo foi a força dominante depois da votação e da famosa recontagem.

Nos Estados Unidos da América, a maior das democracias, quase todos os cargos públicos são preenchidos por meio do processo eleitoral. Auditores do estado, autoridades financeiras, procuradores-gerais, juizes locais, promotores, xerifes, todos eles são eleitos. Esta é uma das razões pelas quais o sistema criminal é tão rígido nos EUA; se você é um juiz concorrendo à reeleição e o público tem preferência por sentenças mais pesadas, como é comum na maioria dos países, como acha que iria decidir em processos criminais? Da mesma forma, praticamente todos os cargos nomeados são preenchidos segundo a orientação partidária, inclusive as Supremas Cortes dos estados e a Suprema Corte dos

Estados Unidos. O partidatismo é a principal corrente que perpassa todos os níveis da vida civil americana. Em muitas eleições, a cédula é uma longa lista de candidatos para todo tipo de cargo diferente, de xerife a presidente. Os eleitores podem selecionar e escolher candidatos de partidos diferentes ou, na fé cega que só os políticos podem inspirar, selecionar todos os candidatos de um só partido, seja qual for seu histórico, com um único traço de caneta. Esta demonstração notável de fidelidade reforça o partidatismo da vida americana. Quase todo eleitor tradicional é um democrata crônico ou um republicano crônico, com uma minoria de tendência romântica relegada a terceiros partidos desesperadamente marginais e sem importância (Partido Verde, Partido da Reforma, Partido Comunista, Partido da Herança Americana, Partido Nazista Americano, Partido dos Valores da Família, Partido Falangista Americano, Partido da Proibição, Partido da Paz Pansexual...). Os chamados "checks and balances" (controle e equilíbrio entre os poderes) do sistema político americano eliminam, em geral, os abusos de tal obstinação: o presidente pode vetar o Congresso; dentro do Congresso, o Senado e a Câmara de Deputados podem passar por cima um do outro, o controle de cada câmara passa de um partido a outro de forma regular e o sistema judiciário pode passar por cima tanto do Congresso quanto da Casa Branca. É raro que um partido controle a Casa Branca e ambas as casas do Congresso tendo, ao mesmo tempo, maioria de juizes de mesma tendência na Suprema Corte.

Foi neste contexto de extremo partidatismo que George W. Bush e Al Gore fizeram suas equipes pôr mãos à obra na Flórida depois que a eleição presidencial de 7 de novembro de 2000 produziu o resultado mais equilibrado de todos. Como o resultado ficara de forma tão absurda em pé de igualdade, cada exemplo específico de insatisfação do eleitor transformava-se rapidamente num caso estrondoso. A incompetência e a indiferença desenterradas pela Comissão de Direitos Civis apresentaram-se em vários casos de relativa hilaridade.

Em Palm Beach, comunidade de americanos aposentados, os eleitores tiveram de enfrentar uma confusa cédula de duas páginas em "borboleta". Os buracos a serem perfurados para escolher um candidato ficavam no meio das duas páginas; Gore era o segundo candidato da primeira página mas o terceiro furo a ser aberto. O segundo buraco pertencia, não se sabe como, ao primeiro candidato da página da direita — Pat Buchanan, candidato do direitista Partido da Reforma que sabidamente adotava uma retórica antisemita. O condado de Palm Beach tem a maior densidade de população judaica dos Estados Unidos. A maioria deles tem mais de 65 anos e dificuldade para enxergar e ouvir. Assim, muitas sobranceiras se elevaram quando Buchanan recebeu 3.407 votos num condado onde não fez um só dia de campanha nem gastou um centavo em propaganda e onde, em geral, era detestado. Na comunidade de aposentados de Lakes of Delray, onde os moradores eram 95% judeus e 100% democratas, Buchanan teve 47 votos.¹² Até a coordenadora da campanha de Buchanan, sua irmã Bay Buchanan, admitiu que o resultado era risível. "Não acreditamos que [os votos dados a seu irmão em Palm Beach] sejam todos nossos", disse ela na época. "Achamos que houve uma clara confusão e podemos entendê-la, já que vimos a cédula."¹³ As autoridades eleitorais estimaram que não só Buchanan recebeu mais de 3.400 votos na cédula confusa como outros 19.000 votos foram desperdiçados por causa do "voto duplo" — gente que, em sua confusão, votou em Gore e Buchanan, anulando assim o voto.

O voto duplo devido a cédulas confusas também aconteceu em outras regiões do estado. No condado de Duval, a cédula listava os 10 candidatos à presidência em duas páginas, juntamente com a instrução inexplicável para "votar em todas as páginas". Muitos fizeram exatamente o que estava escrito e assim anularam seu voto. Mais da metade dos votos anulados indicavam Gore ou Bush na primeira página e uma segunda opção na segunda página. Um estudo independente dos votos, realizado pelo National Opinion Research Center (Centro de Pesquisa da Opinião Nacional) concluiu que, na suposição de que quem dera o voto duplo pretendia escolher Gore ou Bush, Gore perdeu um total de 3.089 votos naquela cédula confusa.

Mas os votos duplos não foram a principal questão na recontagem depois da eleição de 7 de novembro. Foram os "subvotos" que chamaram a atenção da

mídia e nos quais Gore concentrou seus esforços para virar a recontagem a seu favor. Os subvotos acontecem quando um eleitor não escolhe nenhum candidato da forma determinada numa cédula. Isso pode significar desenhar uma linha em torno do nome do candidato em vez de fazer um X ao lado; numa cédula perfurável, significa deixar de arrancar totalmente o pedacinho de papel chamado "*chad*" que deve ser completamente removido para que a máquina de contagem automática leia corretamente a intenção do eleitor. Às vezes os eleitores só conseguem dar um pequeno empurrão nos *chads* com a caneta de votar, o que resulta num "*chad* rebaixado"; às vezes deslocam parcialmente a coisa, criando um "*chad* pendente". Em qualquer dos casos, as máquinas rejeitam a cédula e ocorre um subvoto.

Com a eleição empatada, na manhã de 8 de novembro Gore e Bush começaram a formar equipes e enviá-las em ondas rumo ao sul da Flórida. Os noticiários estimavam que os dois lados tinham perto de 400 pessoas cada em operação no local, mas esta estimativa pode ser conservadora. A confusão em massa era um denominador comum; outro era o desejo de torcer o processo de recontagem para produzir o resultado necessário. A equipe de Gore decidiu rapidamente não exigir uma recontagem estadual, mas sim concentrar-se em quatro condados de tendência democrática: Palm Beach, Miami-Dade, Broward e Volusia. A esperança era produzir, se não votos suficientes para ultrapassar a liderança subatômica de Bush, pelo menos o bastante para dificultar que Kathleen Harris, secretária de Estado republicana que também era co-responsável pela campanha de George W. Bush, oficializasse o resultado de 7 de novembro em favor de seu chefe sete dias após a eleição, como exigido pela lei da Flórida. A estratégia de Bush resumiu-se a atrapalhar qualquer estratégia que Gore escolhesse, contestando os votos recontados e o processo de recontagem em geral e conquistando a simpatia do público para a ideia de que a exigência de outra recontagem era causa de desunião nacional e nervosismo desnecessário. Se conseguissem cumprir o prazo de oficialização e manter a liderança, Bush venceria a eleição. Pelas mesmas razões, o lado de Bush jamais exigiu uma recontagem em todo o estado.

No entanto, a lei da Flórida era confusa. Dizia que o resultado da eleição tinha de ser oficializado até 14 de novembro mas também dizia que todos os votos recontados deviam ser considerados. A lei não deixava claro o que aconteceria quando a recontagem de votos continuasse após o prazo de oficialização. Harris tentou e não conseguiu oficializar os resultados da eleição em 14 de novembro, mas a Suprema Corte da Flórida, organismo de sete membros dominado, na época, por seis democratas nomeados, anulou aquela oficialização numa decisão de 21 de novembro e marcou o fim do novo prazo para 26 de novembro.

No entanto, os estratégias partidários já estavam em curso muito antes que a Suprema Corte da Flórida tomasse sua decisão. Mais tarde, membros da equipe de Gore admitiram que uma de suas táticas envolvia coletar informações sobre os membros das mesas de revisão eleitoral em cada um dos quatro condados escolhidos. 15 Doze pessoas, três de cada condado, foram sujeitas ao tipo de fichamento que costuma limitar-se ao FBI em sua perseguição a politicamente indesejáveis. As informações iam aos democratas quem estava do seu lado e quem era republicano, quem poderia ser pressionado e quem exigiria formas mais sutis de persuasão. A estratégia funcionou no condado de Broward, onde a mesa de revisão concordou em recontar as cédulas da maneira mais favorável às "intenções" dos eleitores; se uma cédula parecesse, aos três membros da mesa, estar a favor de determinado candidato, ainda que o *chad* em questão estivesse rebaixado tão de leve como se tivesse sido atingido por uma leve brisa, o voto seria contado. Gore colheu centenas de votos lá.

Mas não em Palm Beach, onde a cédula confusa e os irritados eleitores judeus logo transformaram o condado num ponto de atração da mídia. Al Lieberman, companheiro de campanha de Gore, causou furor a respeito dos numerosos votos duplos de lá e pressionou os democratas a exigirem na Justiça novas eleições com uma cédula que não parecesse sair da mente de um maluco; advogados democratas abandonaram a ideia por não ser viável, segundo a lei da Flórida. Em vez disso, os democratas concentraram-se nos subvotos e na recontagem, mas desta vez a mesa de revisão com três membros de tendência republicana não se

interessou em seguir o exemplo do condado de Broward e ler os *chads* como folhas de chá para prever as intenções dos eleitores. Adotaram um conjunto de regras mais estrito, embora ainda favorável aos democratas, para a interpretação de intenções e um condado que Gore esperava que lhe trouxesse uma mina de novos votos acabou virando um desapontamento.

Miami-Dade também foi desapontador para os democratas, ainda que fosse uma praça forte do partido. Duas coisas trabalharam contra Gore. Uma, a manifestação apelidada de "rebelião dos mocassins" de um pequeno grupo de jovens republicanos bem-vestidos que afirmavam que os democratas estavam roubando cédulas marcadas em favor de Bush. Começaram batendo numa divisória de vidro do lado de fora da sala onde os votos estavam sendo preparados para a recontagem e acabaram expulsando todos os democratas do prédio. O condado depois cancelou a recontagem e ficou com os resultados obtidos em 7 de novembro. O outro problema de Gore foi menos concreto: houve relatos de que o prefeito cubano-americano de Miami estava irritado porque o governo de Bill Clinton usara a força para arrancar Elian Gonzáiez, um refugiado cubano de seis anos que surgira no litoral da Flórida, da casa de um membro da família em Miami e devolvê-lo a Cuba. Dar um fim rápido à recontagem em Miami-Dade e talvez negar aos democratas mais votos pode ter sido a vingança do prefeito (tais intrigas são típicas da política da Flórida), mas nada foi provado.

Enquanto isso, o condado de Volusia surgia com mais 98 votos para Gore. Em 15 de novembro, a diferença a favor de Bush reduzira-se a 300 votos. Nessa ocasião os republicanos começaram a levantar questões sobre a legitimidade da recontagem e repetidamente afirmaram que o processo estava sujeito a "traquinagens". A recontagem manual não era tão confiável quanto a contagem mecânica, diziam, e seus agentes começaram uma caça às bruxas atrás de *chads* errantes. Um observador republicano começou a gritar e a entrar em pânico ao ver um *chad* caído no chão no local da recontagem do condado de Broward; outros observadores disseram ter visto uma funcionária eleitoral usar uma cédula para limpar as unhas. Os republicanos acusaram os democratas de comer *chads* e certa vez chamaram o xerife para pegar 75 pedacinhos minúsculos de papel como prova de que *chads* estavam sendo jogados fora, mas a prova acabou sendo apenas o que parecia — pedacinhos minúsculos de papel.

Os republicanos e democratas também organizaram manifestações e contramanifestações nas ruas do condado de Broward e em outros locais. Num desses protestos, 600 republicanos gritavam: "Chega de *chads*!" Surgiu uma batalha de cartazes, com cada lado se esforçando para colocar no noticiário da noite seu último comentário engraçadinho rabiscado à mão. Os democratas citaram Stalin: "O que conta não são as pessoas que votam, mas as que contam os votos." Os republicanos gozaram a incapacidade dos cidadãos idosos para entender uma cédula que, fazendo justiça à sua diagramação, a grande maioria de Palm Beach fora capaz de utilizar: "Foi no buraco errado? Tomara que você J" " " ? 1 não dirija.

O comportamento partidarista foi um espetáculo enojante para muitos e prejudicial à reputação dos Estados Unidos como legítima democracia. A revista *The Economist* escreveu em Londres, em sua edição de 25 de novembro de 2000, que os eventos "questionavam a noção de que, enquanto outros países talvez queimem pneus nas ruas, pelo menos os EUA conduzem seu processo eleitoral segundo os ditames da lei".²² Num editorial da mesma edição, a revista declarava:

(...) Desde a noite da eleição, os principais participantes desgraçaram-se. Às vezes os dois partidos pareciam presos numa competição crescente de hipocrisia. A coerência e a integridade foram pisoteadas pela necessidade de dizer o que quer que pudesse convencer algum tribunal. O sr. Gore deveria ser responsabilizado por dar início a esta espiral descendente. Contudo, o sr. Bush deveria ser castigado por recusar-se a encorajar o que, com certeza, seria a solução mais justa possível — a recontagem manual de todas as cédulas da Flórida.

Mas o que acontecera até aquele ponto não era nada comparado às três rodadas finais no tribunal. Ali o partidarismo republicano/democrata tornou-se o fator

decisivo da escolha do presidente. Foi um partidarismo com o qual os dois lados sabiam que podiam contar. Os democratas tinham um ás na manga porque seis dos sete membros da Suprema Corte da Flórida haviam sido nomeados por eles, fazendo dela uma instituição solidária e confiável. A decisão de 21 de novembro que permitiu a recontagem parecia confirmar isso. Mas os republicanos tinham um punhado de ases na manga, na forma dos cinco juizes nomeados pêlos republicanos no mais alto tribunal do país.

Em 26 de novembro, Kathleen Harris oficializou George W. Bush como vencedor da eleição por 537 votos. Os democratas imediatamente abriram um processo para derrubar sua decisão. Em 4 de dezembro, o juiz do Tribunal de Recursos do condado de Leon, N. Sanders Saul, decidiu que a oficialização era válida e que Bush era vencedor, com base em sua opinião de que novas recontagens não alterariam o resultado. A equipe de Gore apelou então para o território amigável da Suprema Corte da Flórida, que em 8 de dezembro derrubou o resultado oficial e reduziu a liderança de Bush a 154 votos. O tribunal decidiu, por seis votos a um, que a recontagem deveria ser terminada para proteger o direito dos eleitores de serem ouvidos, ainda que ultrapassasse o próprio prazo determinado pela corte. "Esta eleição deve ser determinada por um exame cuidadoso dos votos dos cidadãos da Flórida e não por estratégias estranhas ao processo de votação", disseram os juizes na decisão majoritária. A única opinião discordante veio do juiz nomeado pêlos republicanos, que criticou o tribunal por não determinar as regras de recontagem e avisou que a decisão lançaria a nação numa "crise constitucional sem precedentes e desnecessária".

A equipe de Bush imediatamente apelou à Suprema Corte em Washington para que derrubasse a decisão, e foi exatamente isso que os juizes fizeram por 5 votos a quatro, divididos segundo as linhas partidárias, em 12 de dezembro. Na verdade, houve duas decisões: uma, de 7 votos a 2, enviando o caso de volta à Suprema Corte da Flórida para resolver a questão de determinar regras de recontagem; e a decisão por 5 votos a 4 que marcou o prazo para oficialização da eleição em exatamente duas horas depois que a Suprema Corte se pronunciasse, tornando irrelevantes quaisquer novas recontagens. Gore educadamente concedeu a vitória neste ponto, abrindo caminho para que George W. Bush assumisse a presidência com maioria de um único voto no colégio eleitoral.

A decisão, festejada pêlos republicanos por tirar o país da crise, é vista por democratas e pensadores liberais como clamorosa hipocrisia da parte dos juizes conservadores que tiveram de contorcer-se com uma dura virada para a esquerda para arquitetar a vitória de Bush nas eleições. Michael Moore, em seu livro *Stupid White Men*, diz que dois dos juizes nomeados pêlos republicanos, o presidente do tribunal William Rehnquist e Sandra Day O'Connor, ambos com mais de setenta anos, queriam aposentar-se mas sentiram que só poderiam fazê-lo com um presidente republicano, para que seus substitutos fossem conservadores e tivessem as mesmas ideias. "Na noite da eleição", escreve Moore, "O'Connor foi ouvida lamentando-se numa festa [em Washington] que não podia aguentar mais quatro ou oito anos. Bush Júnior era sua única esperança de garantir uma aposentadoria tranquila (...)" Moore também escreveu que o filho de outro dos juizes republicanos era advogado da firma que representava a equipe de Bush perante a Suprema Corte, o que Moore chama de conflito de interesses.

Fossem quais fossem seus motivos particulares, o pensamento público dos juizes, uma vez revelado em sua decisão majoritária por escrito e não assinada, indicava "que os conservadores, embora unidos sobre o resultado, lutaram ferozmente para encontrar uma violação federal que justificasse a imposição aos tribunais da Flórida".²⁸ A decisão sustentava que, como a Flórida não tinha padrões precisos para decidir que votos eram legais e quais eram inválidos, as várias recontagens até aquele ponto violavam a garantia da Constituição de "proteção igual perante a lei".

No passado, os juizes conservadores haviam pregado contra o uso de frases constitucionais vagas como "proteção igual" e "devido processo legal" como razões para sobrepor-se aos estados. Os conservadores também dizem que o tribunal deveria contemplar a intenção dos redatores da Constituição. A cláusula

de proteção igual, parte da 14a Emenda, foi acrescentada à Constituição depois da Guerra Civil para proteger os negros da discriminação no Sul. Mesmo assim, ao enfrentarem o caso mais importante de sua carreira, os conservadores recorreram à cláusula de proteção igual como base para interromper as recontagens manuais na Flórida.

Em outras palavras, os juizes recorreram a uma emenda que haviam desdenhado repetidas vezes em decisões anteriores, principalmente em decisões que envolviam o número desproporcional de negros esperando a sentença de morte nos Estados Unidos, para justificar o fim da recontagem, que poderia enviar o homem errado à Casa Branca. Alan Dershowitz, professor de Direito de Harvard e ativista dos direitos civis, publicou em 2001 um livro intitulado *Supreme Injustice* (Injustiça suprema) no qual chama a sentença de "decisão mais corrupta da história da Suprema Corte, porque é a única que eu saiba na qual os juizes da maioria decidiram como decidiram por causa da identidade pessoal e da filiação política dos litigantes".³⁰ Outro escritor chamou os juizes de "criminosos"³¹ e até alguns conservadores admitiram que lutaram para encontrar uma justificativa para a sentença.

Houve também conservadores inteligentes que a viram como a decisão legal correta e que argumentaram que a interpretação passada da emenda da proteção igual pelos juizes conservadores era coerente com a decisão de recontagem. Hoje, nem é preciso dizer, a decisão é um precedente muito estudado em faculdades de Direito dos Estados Unidos.

Ainda assim, um número significativo de críticos sentira que, se Bush é que estivesse perdendo no dia da eleição, os mesmos cinco juizes teriam permitido a continuação da recontagem. Mas isso deixa de lado o ponto central da política partidária dos Estados Unidos. Hoje está fora de dúvida que, se a Suprema Corte fosse dominada por juizes nomeados pelos democratas, Gore teria ganhado a questão. Esta foi a decisão mais importante já tomada por aquele tribunal, a única vez em que seus nove homens e mulheres, cada um deles nomeado politicamente, esteve em condições de entregar aos que os nomearam uma vitória que não poderia ser mais importante. Não há razão para acreditar que uma maioria democrata teria agido de forma diferente; basta olhar a decisão anterior da Suprema Corte da Flórida para ter uma prova.

Escreveu um juiz da Suprema Corte em sua opinião discordante: "Embora talvez jamais saibamos com completa certeza a identidade do vencedor da eleição presidencial deste ano, a identidade do perdedor está perfeitamente clara. É a confiança da nação no juiz como guardião imparcial da lei."

EPÍLOGO

Há mesmo um epílogo a isso tudo; vários, na verdade.

Um ano depois da eleição, um estudo das cédulas determinou que, caso a Suprema Corte permitisse que a recontagem prosseguisse nos padrões existentes, George W. Bush provavelmente ainda teria vencido a eleição por uma margem minúscula. O mesmo estudo também descobriu que, se a recontagem tivesse sido feita segundo as regras posteriormente adotadas na Flórida para dar aos eleitores o benefício da dúvida ao cometerem erros inocentes em suas cédulas, Al Gore teria vencido, novamente por uma margem tão tênue quanto um "*chad* visto de lado. O estudo não aborda a descoberta da Comissão de Direitos Civis USCCR de que um número grande, embora indeterminado, de eleitores negros fora removido de forma vexaminosa das listas de registro de eleitores e nunca conseguiram pôr seu voto, nulo ou não, na urna.

O Departamento de Justiça dos EUA e o governo da Flórida nunca puseram em prática as recomendações da Comissão de Direitos Civis dos Estados Unidos. Jeb Bush, governador da Flórida, e outros republicanos do estado desdenharam o relatório com base em que seis dos oito membros da Comissão eram democratas. Muitas outras fontes, inclusive o *New York Times*, levaram o relatório a sério

porque o trabalho anterior da Comissão fora coerentemente apartidário e as conclusões do dito relatório baseavam-se em testemunhos gravados. Dois ex-presidentes, o democrata Jimmy Cárter e o republicano Gerald Ford, que juntos encabeçaram a Comissão Nacional de Reforma Eleitoral dos EUA, escreveram em 2001 no Atlanta Journal Constitution que o sistema de registro de eleitores no Peru é "muito superior" ao utilizado nos Estados Unidos. TheEconomist declarou: "Demonstrou-se que o sistema eleitoral dos EUA é não só tecnologicamente incompetente como apresenta falhas estruturais, com um excesso de papéis de fiscalização concedidos a membros partidários."

Apesar das acusações de tendenciosidade feitas por Jeb Bush ao relatório da USCCR, o governador estimulou uma reforma das leis eleitorais da Flórida em 2001. A nova lei proíbe a máquina de contar votos com cédulas perfuradas, eliminando assim os *chads*; torna ilegal a confusa cédula em "borboleta" que enganou os eleitores em Palm Beach; e exige recontagem manual no caso de resultados muito próximos, algo a que os republicanos se opuseram durante o processo de recontagem com base em que essas coisas podiam levar a "traquinagens". Contudo, a lei não torna mais fácil a um condenado por crime grave que tenha cumprido sua sentença restaurar seu direito de voto nem cria um organismo imparcial para fiscalizar as eleições. A maioria das reformas espelha as recomendações feitas no relatório da USCCR. Um pacote federal semelhante, aprovado em abril de 2002, concentrava-se em eliminar as máquinas de votação ultrapassadas e tornava mais fácil que os eleitores corrigissem erros em suas cédulas.

Robert Mugabe foi declarado vencedor da eleição no Zimbábue e imediatamente começou a perseguir e prender seus oponentes.

Finalmente, os americanos, mesmo os da Flórida, que ficaram tão ofendidos nos dias após a eleição, nunca pareceram se importar que o processo de votação fosse tirado das mãos do povo e entregue a duas alcateias concorrentes de lobos partidários. Al Gore, que deixou crescer a barba (sinal seguro de consciência culpada, diriam alguns) e tornou-se conferencista em escolas de jornalismo, simplesmente não inspira a lealdade necessária para transformar sua derrota numa questão grave. E George W. Bush comportou-se com tanta maestria no trato dos ataques terroristas de 11 de setembro que muitos estão felizes por ele ter aterrissado no cargo de presidente — ou roubado, ou seja o que for. Reportagens preparadas para o aniversário da eleição demonstraram que os americanos não podiam imaginar outro homem no posto; a taxa de aprovação de Bush estava na faixa dos 90% durante a maior parte dos meses que se seguiram aos ataques, embora tenha começado a cair no segundo trimestre de 2002. Dadas as baixas sofridas pela nação com os ataques, é uma reação perdoável; ainda assim, é problemático que um país decidido a governar-se por meio da vontade do povo tenha deixado de investigar eventos que ameaçaram um princípio americano tão vital.

A Comissão de Direitos Civis compreende esta tendência americana de resistir ao auto-exame. Em seu relatório sobre as eleições de 7 de novembro de 2000, cita Martin Luther King na abertura do capítulo sobre Descobertas e Recomendações: "A grande maioria dos americanos (...) sente-se mal com a injustiça mas não se dispõe a pagar um bom preço para erradicá-la."

Fonte: "O Livro Negro dos Estados Unidos - Peter Scowen - Editora RECORD"

